

**COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E
COMÉRCIO**

**REQUERIMENTO DE CONVOCAÇÃO Nº DE 2004
(Do Sr. RONALDO DIMAS)**

Solicita seja convocado o Sr. Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior para prestar esclarecimentos sobre medidas para Redução do Custo Brasil, Manutenção para Produtividade da Indústria Brasileira e Implementação das Parcerias Público Privada.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exa., com fundamento no art. 50, da Constituição Federal, combinado com os arts. 32, III, “d” e “e”, e 219, § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que se digne a adotar as providências necessárias à convocação do Sr. Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior para prestar esclarecimentos sobre medidas para Redução do Custo Brasil, Manutenção para Produtividade da Indústria Brasileira e Implementação das Parcerias Público Privada.

JUSTIFICAÇÃO

Notícias publicadas pela imprensa nacional mostram que têm havido queda de produtividade da indústria brasileira.

O jornal “Folha de São Paulo” de 24 de março de 2004, publicou notícia, sob o título “Baixa produtividade”, segundo a qual:

“Depois de forte incremento na década de 90, os ganhos de produtividade da indústria brasileira arrefeceram. Nos últimos três anos, eles permaneceram estagnados, segundo dados divulgados pelo Banco Central. O fraco desempenho econômico é a principal causa do fenômeno. Sem crescimento, não há estímulo a investimentos em modernização - por ora praticamente restritos a alguns setores mais dinâmicos voltados para a exportação.

O avanço na competitividade industrial foi uma das características do período que se estende de 1990 a 2001, quando teve lugar um intenso processo de transformações econômicas no país, desencadeado pela abertura comercial e financeira. Nesses anos, a cotação do real em relação ao dólar - bastante favorável às importações até 1999 - e a maior exposição à concorrência externa ajudaram a impulsionar um ciclo de inovações tecnológicas na indústria, acompanhado de forte contração do mercado de trabalho.

De acordo com uma outra pesquisa, a cargo do Grupo de Indústria e Competitividade do Instituto de Economia da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), nesses 11 anos, o saldo entre postos de trabalho abertos e fechados foi positivo em 3,2 milhões - número aquém do necessário para absorver a população que chega anualmente ao mercado, em torno de 1,7 milhão de pessoas.

A constatação de que parte das conquistas de competitividade está sendo perdida, num ambiente de elevado desemprego, sugere que novos avanços deverão advir de investimentos no aperfeiçoamento da capacidade produtiva. Isso dependerá não apenas de políticas industriais, mas fundamentalmente da formação de um ambiente de expansão econômica e confiança no futuro, algo que o país ainda espera.

Mais do que aumentar a produtividade, o desafio é fazê-lo sem perder de vista a premente necessidade de fomentar o emprego. Identificar os segmentos com maior potencial de empregar -como construção civil, saneamento básico e serviços sociais- e inseri-los nas políticas de desenvolvimento é uma das mais importantes tarefas que se colocam para o governo.”

O jornal “O Estado de São Paulo”, também de 24 de março de 2004, publicou:

“Produtividade em baixa - A indústria brasileira deixou de apresentar ganhos de produtividade nos últimos três anos, segundo dados do Banco Central, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Confederação Nacional da Indústria (CNI). A persistir essa tendência, o Brasil arrisca-se tanto a perder terreno no comércio internacional de bens de alto valor agregado como a deixar de incorporar inovações tecnológicas à produção destinada ao mercado interno.

A produtividade é uma das principais medidas internacionais de eficiência das empresas. Ela apura o número de horas consumidas pelos trabalhadores para produzir um determinado bem. Quanto menor for esse tempo, maior será a produtividade e, em tese, também maior será a rentabilidade da companhia.

A perda da produtividade industrial brasileira é uma tendência recente.

Entre 1992 e 2000, havia ocorrido o contrário: a produtividade cresceu 65,5% naquele período, sendo inferior aos 119% da Coreia do Sul, mas superando a de outros países desenvolvidos ou em rápido crescimento, como os Estados Unidos (45%), Taiwan (49%) e Reino Unido (23%).

Os propulsores da melhora da produtividade na indústria brasileira foram a abertura da economia e a estabilização propiciada pelo Plano Real.

Em parte, os avanços registrados foram conseguidos a custo elevado, o da perda de empregos industriais, nos anos 90, como notou o coordenador da Pesquisa Industrial Mensal do IBGE, Sílvio Salles. A partir de 2000, produção e emprego acertaram o passo no mesmo ritmo, notando-se, porém, que esse é um aspecto do problema.

O cerne da questão é a diminuição do ritmo de investimentos no setor secundário. Por exemplo, se uma indústria investe num robô, isto resulta em mais produtividade dos trabalhadores, pois é menor o número dos que controlam o robô do que o daqueles que executariam o trabalho da máquina.

Como observou um coordenador da CNI, Renato da Fonseca, "as incertezas econômicas, o alto custo do capital e as dificuldades de acesso a fontes de financiamento de longo prazo deprimiram o volume de investimentos em inovação". Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), nos últimos dois anos os investimentos em capital fixo diminuíram 3%, percentual que chega a 9% quando a base de comparação retroage para o período 1997/1998.

Por ora, o quadro não é generalizado. Em 2003, num conjunto de 10 Estados, a situação piorou em 5 Estados e melhorou nos outros 5. Em Estados com forte tendência exportadora, como o Espírito Santo, registrou-se aumento da produção física de 2,42%, contra a elevação de 0,26% no número de horas trabalhadas. No Rio Grande do Sul, as horas trabalhadas cresceram 1,25% em relação a 2002, enquanto o aumento da produção foi de 3,82%. Em São Paulo, houve virtual equilíbrio, ou seja, a produtividade estacionou.

Torna-se evidente o envelhecimento da indústria, notadamente das companhias que não têm atividade exportadora. Para que o quadro não se agrave, é urgente remover os entraves ao investimento, tanto os de cunho estritamente tributário como os de âmbito institucional."

Os esclarecimentos do Sr. Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio sobre as políticas do Ministério e diretrizes para o setor industrial, especialmente no sentido do aumento de produtividade, são vitais para a economia brasileira, e portanto, essenciais para que esta Comissão possa cumprir suas atribuições constitucionais.

Sala das Sessões, em de de 2004.

Deputado RONALDO DIMAS